

# A UNIPOLARIDADE AMERICANA

Nuno Peres Monteiro

As relações internacionais das últimas duas décadas contêm um paradoxo central. Por um lado, a competição entre grandes potências, comumente aceite como a principal causa de conflito entre estados, foi drasticamente diminuída com o fim da Guerra Fria em 1989 e a subsequente implosão da União Soviética, que deixaram os EUA como potência dominante no sistema internacional. Por outro lado, em onze dos dezanove anos desde que adquiriam este estatuto, os EUA estiveram (e continuam a estar) envolvidos em conflitos militares. Terão estes conflitos – Kuwait em 1991, Bósnia em 1995, Kosovo em 1999, Afeganistão desde 2001 e Iraque desde 2003 – sido originados, ou pelo menos possibilitados, pela configuração unipolar do sistema internacional? Este artigo combina teoria das relações internacionais com observações do mundo em que vivemos para iluminar as raízes deste paradoxo. Para tal, é necessário responder a três questões inter-relacionadas. Primeiro, são os EUA uma potência unipolar? A resposta é um sim sem reservas. Segundo, é a unipolaridade americana duradoura? A análise resulta num sim qualificado. Terceiro, é a unipolaridade americana pacífica? Aqui, ao contrário da sabedoria convencional sobre o tema, não há qualquer razão para esperar que o actual sistema unipolar dominado pelos EUA seja mais pacífico do que um sistema bipolar ou multipolar. De facto, os conflitos pós-Guerra Fria em que os EUA têm estado envolvidos derivam, ao nível das causas profundas, da ausência de outra(s) grande(s) potência(s) capaz(es) de limitar a projecção do poderio americano.

## SÃO OS EUA UMA POTÊNCIA UNIPOLAR?

Desde o colapso da União Soviética em 1991, os EUA evidenciam uma preponderância de poder no sistema internacional. Nenhum outro país possui um poderio económico e militar comparável ao dos EUA. Mais, esta situação é única na história do mundo moderno<sup>1</sup>.

Com apenas 4,5 por cento da população mundial, a economia americana produz 25 por cento do produto mundial. A segunda economia mundial – o Japão – produz menos

de um terço do que o gigante americano. Quanto à China, o mais rico dos países não aliados com os EUA, esta gera por ano apenas um sexto da riqueza produzida na América<sup>2</sup>.

Em termos militares, o fosso que separa os EUA de todos os outros estados é ainda mais profundo. Mesmo excluindo as despesas com operações militares correntes, o orçamento de defesa americano representa cerca de metade dos gastos militares globais e é dez vezes superior ao da Grã-Bretanha, o segundo maior investidor em defesa<sup>3</sup>. Olhando para o passado, uma comparação entre as forças americanas e as suas antigas arqui-rivais – as forças russas – leva à conclusão de que os EUA estarão próximos de alcançar primazia nuclear sobre a Rússia, o Santo Graal da Guerra Fria<sup>4</sup>. Tal não é de admirar, já que a Rússia gasta com a sua estrutura militar apenas quatro por cento do orçamento de defesa americano. Olhando para o futuro, uma comparação com a China – que possui as maiores forças militares não aliadas com os EUA – permite-nos ver que esta despense com a sua defesa uns escassos 7,5 por cento do que é gasto na América. Ou, ainda mais significativo em termos prospectivos, os EUA gastam com Investigação & Desenvolvimento militar cerca do dobro da totalidade dos gastos chineses com defesa<sup>5</sup>.

O poder americano assenta em boa medida na sua capacidade de regular os chamados espaços comuns – oceanos, espaço aéreo e espaço sideral<sup>6</sup>. Qualquer Estado que o queira fazer tem de possuir poderosas forças marítimas. No final do século XIX, face ao crescimento da economia alemã, a Grã-Bretanha, país mais poderoso do mundo à época e que dependia fortemente do comércio marítimo, estabeleceu como objectivo militar que a sua marinha de guerra teria de ser da mesma dimensão que as duas concorrentes mais próximas combinadas. Hoje, 18 estados possuem marinhas de guerra com frotas de alto-mar. A dos EUA é superior às restantes 17 combinadas<sup>7</sup>.

O poder dos EUA é portanto incomparável – no presente ou no passado. Qual será então a melhor forma de interpretar esta situação? Três hipóteses se nos deparam. Estaremos num mundo unipolar, em que os EUA são a única grande potência? Estaremos num sistema multipolar assimétrico, em que os EUA são a mais poderosa de entre as várias grandes potências? Ou estaremos num mundo apolar ou pós-polar, em que o próprio conceito de polaridade foi ultrapassado?

Infelizmente, nenhum consenso existe em torno desta questão, desde logo porque o conceito de grande potência tem-se tornado crescentemente vago. Até à II Guerra Mundial, havia dois tipos de estados – grandes potências e potências menores. Durante a Guerra Fria, muitos utilizaram o epíteto «superpotência» para designar os EUA e a URSS. Mais recentemente, os EUA ganharam o estatuto de hiperpotência. Ora esta «inflação teórica» faz pouco sentido. O seu objectivo é criar novas categorias no topo da escala de poder, de modo a manter o estatuto de grande potência para estados anteriormente considerados poderosos – por exemplo, a Grã-Bretanha e a França continuaram a ser consideradas grandes potências no pós-II Guerra Mundial apesar

de serem significativamente menos poderosas do que os EUA ou a URSS. Mas a posição de um Estado no sistema internacional não depende do seu poder absoluto. A Atenas de Péricles, equipada com falanges e galeras, era uma grande potência. Hoje, França, Grã-Bretanha, ou Rússia, equipadas com centenas de armas nucleares, não o são. O que importa medir é o poder relativo de cada Estado, ou seja, comparar o Estado em causa com os estados mais poderosos no sistema. Se um Estado possui um poderio semelhante ao do Estado mais poderoso no sistema, então esse Estado é uma grande potência.

Tradicionalmente, a medida utilizada na definição de grande potência é defensiva. Para ser uma grande potência, um Estado tem de ser capaz de evitar a derrota numa guerra defensiva contra uma invasão lançada pelo Estado mais poderoso do sistema<sup>8</sup>. Ora, de acordo com esta definição, o mundo de hoje seria multipolar. Vários estados seriam possivelmente capazes de evitar a derrota contra uma invasão lançada pelos EUA, desde logo todos aqueles que possuem armas nucleares – Rússia, França, China, Grã-Bretanha, Israel, Índia, Paquistão e (talvez a) Coreia do Norte<sup>9</sup>.

Mas esta medida não reflecte a disparidade de poder existente entre os EUA e todos estes outros países. Nem reflecte a capacidade ímpar que os EUA têm de controlar os espaços comuns e de projectar o seu poder sobre todo o globo terrestre. (É, aliás, interessante constatar que o Departamento de Defesa dos EUA tem seis comandos regionais, cobrindo a totalidade do globo. «Defesa» tem aqui um significado alargado.) Nem a Rússia nem a China – que possuem enormes forças militares no papel – possuem a capacidade de transporte militar aéreo ou marítimo para colocarem forças substanciais num teatro de guerra fora da sua esfera defensiva. E quanto à Alemanha, à França ou à Grã-Bretanha, os seus exércitos têm uma dimensão semelhante à dos *Marines* americanos – o mais pequeno dos quatro ramos das Forças Armadas dos EUA – que possuem, aliás, uma muito maior capacidade de transporte em curto espaço de tempo para qualquer teatro de guerra.

Por tudo isto, a definição de grande potência tem de incluir estes aspectos ofensivos do poderio americano. No mundo de hoje, grande potência é um Estado capaz de projectar o seu poder de forma comparável

NO MUNDO DE HOJE, GRANDE POTÊNCIA  
É UM ESTADO CAPAZ DE PROJECTAR  
O SEU PODER DE FORMA COMPARÁVEL  
COM O ESTADO MAIS PODEROSO DO SISTEMA.  
DE ACORDO COM ESTE CRITÉRIO, APENAS  
OS EUA SÃO UMA GRANDE POTÊNCIA.

com o Estado mais poderoso do sistema. De acordo com este critério, apenas os EUA são uma grande potência.

(Os restantes estados do sistema internacional de hoje dividem-se em duas categorias. Aqueles que poderiam evitar ser conquistados pelos EUA são potências médias. E todos os outros são potências menores. Esta distinção será importante quando mais à frente procurarmos perceber se a unipolaridade americana é ou não pacífica.)

O mundo de hoje não é portanto multipolar. Mas nem todos os que aceitam esta última

afirmação concordam que o mundo seja unipolar. Para alguns, a própria ideia de polaridade deixou de fazer sentido, já que as grandes potências de hoje vivem em concerto, reforçado por uma miríade de instituições que garantem a cooperação internacional. Esta é uma interpretação particularmente querida na Europa, que vive na ilusão de que no mundo de hoje a competição foi substituída pela cooperação, esquecendo-se que, se essa é a realidade europeia, tal se deve à protecção dos EUA durante toda a Guerra Fria num cenário de acesa competição estratégica com a URSS<sup>10</sup>.

Esta visão de pós-polaridade é, no entanto, uma miragem. Basta ler os documentos de Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, quer durante a Administração Clinton, quer durante a actual Administração Bush, para perceber que a competição internacional pelo poder está, infelizmente, de boa saúde<sup>11</sup>. Os EUA, apesar de toda a retórica de cooperação da Administração Clinton, têm desde o final da Guerra Fria perseguido consistentemente um objectivo estratégico principal – a manutenção da sua primazia no sistema internacional. Por vezes recorrem a instituições para o fazer; outras vezes recorrem à ameaça ou ao uso da força. Mas não restam dúvidas de que Washington faz e fará tudo o que estiver ao seu alcance para evitar que outros estados se aproximem do enorme poderio americano. E poucos são os que duvidam que Pequim, se tivesse um poderio comparável aos EUA, aceitaria continuar a estar rodeada por aliados americanos e continuaria a deixar que navios da US Navy patrulhassem quase em exclusividade as rotas de comércio chinês<sup>12</sup>.

Em suma, e apesar de alguns estados serem capazes de evitar a derrota no caso de uma invasão lançada pelos EUA, nenhum país possui uma capacidade de projectar globalmente poderio militar comparável à dos EUA. Os EUA possuem portanto uma liberdade de acção incomparável – e frequentemente incontestada<sup>13</sup>. Assim sendo, os EUA são a única grande potência no mundo de hoje. Mais, quer os EUA, quer os seus potenciais competidores continuam a comportar-se de acordo com os princípios da balança de poder. Como tal, há que admitir, goste-se ou não, que o mundo em que vivemos é unipolar.

### **É A UNIPOLARIDADE AMERICANA DURADOURA?**

Não é surpreendente que o debate sobre a unipolaridade americana tenha absorvido a atenção dos especialistas em relações internacionais. O debate centra-se em duas questões. A primeira, e que tem sido alvo da esmagadora maioria dos estudos, prende-se com a durabilidade de um mundo unipolar. A segunda, estudada em muito menor escala – e que será tratada na próxima secção – aborda a natureza pacífica (ou não) da unipolaridade americana.

Será, então, a unipolaridade americana uma configuração duradoura do sistema internacional? O debate em torno desta questão continua em aberto, sem qualquer consenso à vista entre três alternativas.

## O MOMENTO UNIPOLAR

Para a primeira – a do chamado «momento unipolar» – os tradicionais mecanismos de balança de poder que funcionaram durante séculos até ao final da Guerra Fria continuam a funcionar. Portanto, em face de um poder preponderante – os EUA – outros estados começaram já a mobilizar e combinar os seus recursos de forma a contrabalançar o poder americano. Na prática, estes autores defendem que a unipolaridade não passou de um momento histórico, rapidamente encerrado pelos mecanismos de equilíbrio do sistema internacional. Tais mecanismos, já em movimento, são de dois tipos.

Em primeiro lugar, os proponentes do «momento unipolar» apontam para o tradicional mecanismo de equilíbrio «duro», em que os estados maximizam a proporção dos seus recursos dedicada à defesa e formam alianças com outros estados, com o intuito de equilibrar o sistema pela erosão da vantagem de poder dos EUA. Neste âmbito, a ascensão da China é apontada como principal contrapoder aos EUA. Através de um acelerado crescimento económico, do reforço da sua capacidade militar, e da criação de múltiplas alianças com o objectivo de limitar a capacidade de projecção do poderio americano, a China é já, segundo estes analistas, um segundo pólo do sistema internacional. Mais, a União Europeia apresenta para alguns observadores sinais de uma crescente rivalidade com os EUA, plasmada na decisão de criar uma política comum de segurança e defesa.

Ora, nem a China nem a Europa apresentam verdadeiros sinais de competição com os EUA. A China está mais interessada

A CHINA ESTÁ MAIS INTERESSADA NUMA  
ESTRATÉGIA DE ACOMODAÇÃO INTERNACIONAL  
QUE LHE GARANTA A PAZ PELO MENOS  
ATÉ OBTER A PROSPERIDADE NECESSÁRIA  
PARA UMA POSTURA MAIS CONFRONTATIVA.

numa estratégia de acomodação internacional que lhe garanta a paz pelo menos até obter a prosperidade necessária para uma postura mais confrontativa. A União Europeia, por seu lado, continua a gastar pouco mais de 40 por cento do que os EUA gastam com defesa – cerca de 1,8 por cento do PIB europeu, contra 4,7 por cento do PIB dos EUA<sup>14</sup>. Mais, as principais nações europeias continuam a fazer parte da estrutura de comando integrado da NATO, que faz depender as decisões finais de Washington. O mecanismo de equilíbrio «duro» do sistema internacional não está, para já, em acção.

O segundo mecanismo proposto pelos defensores da tese do «momento unipolar» é o equilíbrio «soft», que mais não é do que um embrião do equilíbrio «duro», em que estados encontram formas menos custosas de restringir os EUA<sup>15</sup>. Os proponentes do equilíbrio «soft» vêem nas reacções de outros estados à estratégia da Administração de George W. Bush uma nova forma de implementar os princípios da balança de poder. Estas reacções incluem a utilização de instituições internacionais para tentar restringir os EUA, a criação ou reforço de mecanismos de cooperação económica entre outros estados para potenciar o seu crescimento económico a expensas dos EUA, e arranjos diplomáticos que contornam ou chegam mesmo a negar aos EUA a utilização do seu poderio militar – como foi o caso da resposta negativa da Turquia ao pedido de utili-

zação das suas bases no lançamento da ofensiva contra o Iraque em 2003. Estes mecanismos são consubstanciados pela observação dos factos. Desde que a Administração Bush iniciou a implementação de uma política externa mais agressiva no pós-11 de Setembro de 2001, outros estados tentaram nalguns casos limitar a esfera de acção americana.

Mas estas acções estão longe de constituir sequer um embrião de uma tentativa de reequilíbrio da balança de poder. Os EUA continuam a dominar as principais organizações internacionais – ONU, OMC, NATO – e a possuir capacidade retaliatória suficiente (quer económica quer militar) para evitar que actos de resistência menores e esporádicos se consolidem numa tentativa séria de erradicar a preponderância de poder de que a América usufrui.

Quer do ponto de vista do equilíbrio «duro», quer do ponto de vista do equilíbrio «soft», não existe hoje qualquer Estado ou aliança de estados com a capacidade ou a vontade de contrabalançar o poder dos EUA.

Antes de descartar a tese do «momento unipolar» resta analisar uma corrente de pensamento mais forte na opinião pública do que entre analistas e decisores – a de que a Guerra do Iraque demonstrou a incapacidade americana para vencer conflitos no enquadramento estratégico do século XXI, em que as guerras são diferentes, mais difusas e menos previsíveis. Independentemente do que se pense sobre a sabedoria da decisão de invadir o Iraque ou sobre a demonstração de (in)capacidade americana em gerir o período pós-conflito convencional, uma coisa é certa: o conflito no Iraque ficará para a história como pouco mais do que uma nota de rodapé na narrativa da unipolaridade americana. Durante a II Guerra Mundial, entre 1941 e 1945, as forças dos EUA perderam em média 216 vidas por dia – cerca de cem vezes a média diária de baixas americanas no Iraque – e mesmo assim terminaram o conflito com uma economia cinco vezes superior à do seu novo rival soviético<sup>16</sup>. O conflito no Iraque pode limitar a capacidade de acção dos EUA noutros potenciais teatros de guerra e irá sem dúvida afectar o moral e a doutrina das forças americanas durante algum tempo, mas não existem motivos

OS EUA PODEM MUITO BEM DECIDIR DEIXAR O MUNDO ENTREGUE A SI PRÓPRIO – É IMPROVÁVEL MAS POSSÍVEL. ISSO NÃO FARIA COM QUE O MUNDO DEIXASSE DE SER UNIPOLAR.

para crer que daqui advenha o final da preponderância americana. Mais, mesmo que em resultado de um eventual *débâcle* no Iraque os EUA optassem por uma estratégia isolacionista, não podemos confundir tal mudança estratégica com uma alteração

na distribuição do poder entre os principais estados. Os EUA podem muito bem decidir deixar o mundo entregue a si próprio – é improvável mas possível. Isso não faria com que o mundo deixasse de ser unipolar.

A unipolaridade americana não foi, portanto, um momento. É uma realidade que perdura – e continuará a rodear-nos pelo menos por mais algumas décadas.

## A ÉPOCA UNIPOLAR

A segunda posição no debate sobre a durabilidade da unipolaridade americana partilha com a tese anterior a noção de que é inevitável que os mecanismos da balança de poder acabem por funcionar, pondo fim à preponderância internacional dos EUA<sup>17</sup>. Mas, para os proponentes da tese da «época unipolar», o momento em que tal acontecerá não está para já à vista. A unipolaridade não foi um momento, mas também não será uma eternidade. Os EUA dominarão o mundo por mais umas décadas, até que inevitavelmente outras grandes potências acabem por emergir, e o sistema internacional passará de novo a ser bipolar ou unipolar. Mas por enquanto, a unipolaridade americana define o sistema internacional.

Para quando poderemos então esperar o fim do mundo unipolar? Vejamos quais são as tendências de longo prazo entre os três mais prováveis competidores num mundo futuro multipolar – EUA, China e União Europeia.

Em termos demográficos, os EUA, que hoje têm 300 milhões de habitantes, terão, de acordo com as previsões da ONU, 400 milhões de habitantes em 2050. A China possui hoje uma população de cerca de 1300 milhões e terá 1400 milhões em 2050. O continente europeu (excluindo a Rússia, cuja eventual integração na União Europeia é muito duvidosa mesmo a longo prazo), possui uma população de 586 milhões de habitantes, e terá, segundo o mesmo organismo, 557 milhões em 2050. Em resumo, os EUA crescerão em termos relativos em relação a qualquer um destes dois potenciais rivais, passando, respectivamente, de 23 para 28 por cento da população chinesa e de 51 para 72 por cento da população europeia. Não é portanto por desenvolvimentos demográficos que os EUA perderão nas próximas quatro décadas a sua preponderância no sistema internacional<sup>18</sup>. Em termos económicos, os EUA produziram em 2006 13 811 biliões de dólares, comparados com os 2280 gerados pela China e os 10 636 produzidos na Europa (Zona Euro). A manterem-se as taxas de crescimento médio dos últimos três anos, os EUA terão em 2050 um PIB de cerca de 55 triliões de dólares, a China produzirá 128, e a Europa 33. Em comparação com a Europa, os EUA passarão portanto de um produto 1,3 vezes superior ao europeu para um produto 1,65 vezes superior ao do velho continente. Não é pelo desenvolvimento económico que um reequilíbrio de poder entre a Europa e os EUA se verificará.

Já em relação à China, os dados apresentam, *prima facie*, uma consumação dos princípios da balança de poder, com a locomotiva asiática a deixar para trás o gigante americano. Mas este cenário merece uma análise mais cuidada. A China tem crescido a quase 10 por cento ao ano, cerca de sete por cento acima da taxa de crescimento americana. Nenhum dos analistas económicos que seguem a economia chinesa prevê a manutenção deste ritmo infernal. Várias explicações existem sustentando uma previsão mais moderada: a China terá de passar por vários *plateaux* de desenvolvimento, com fases mais rápidas (como a actual) a alternarem com fases mais lentas; o sistema bancário chinês apresenta sérios problemas cuja (até aqui adiada mas inevitável) resolução poderá levar a uma

quebra significativa do ritmo de crescimento; o ritmo de crescimento das últimas décadas está a levar a sinais de sobreaquecimento da economia chinesa, pelo que as autoridades de Pequim terão em breve que travar o ritmo de crescimento; etc. Ora, com uma descida de apenas três por cento do ritmo de crescimento actual – que mesmo assim deixaria a China a crescer uns impressionantes sete por cento ao ano – a economia chinesa em 2050 produziria «apenas» 39 trilhões de dólares, ou cerca de 72 por cento da economia americana.

E aqui a demografia importa também. Este cenário mais moderado (mas também mais plausível) aponta para um PIB *per capita* nos EUA em 2050 cerca de cinco vezes superior ao rendimento de cada habitante da China (138 contra 28 mil dólares). Esta diferença é importante porque a capacidade de um Estado extrair dos seus cidadãos os recursos

necessários para a defesa nacional aumenta mais do que proporcionalmente com o crescimento do rendimento *per capita* dos mesmos. Num país relativamente mais pobre *per capita*, uma maior parte do rendimento nacional é necessariamente consumida com o bem-estar básico da população. É portanto muito improvável

É MUITO IMPROVÁVEL QUE EM 2050 A CHINA TENHA ATINGIDO UMA CAPACIDADE DE CANALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A SUA INFRA-ESTRUTURA MILITAR SEMELHANTE À DOS EUA. O MUNDO CONTINUARÁ A SER UNIPOLAR PELO MENOS POR QUATRO OU MAIS DÉCADAS.

que em 2050 a China tenha atingido uma capacidade de canalização de recursos para a sua infra-estrutura militar semelhante à dos EUA. O mundo continuará então a ser unipolar pelo menos por quatro ou mais décadas<sup>19</sup>.

#### O DESTINO UNIPOLAR

Será então que a posição vencedora do debate sobre a durabilidade da unipolaridade americana é a terceira e última das teses alternativas – a do «destino unipolar»? Para os defensores desta tese, o mundo permanecerá eternamente unipolar. O poder relativo que os EUA possuem é tal que os mecanismos da balança de poder deixaram de funcionar. A transformação do sistema internacional produzida pela implosão da URSS não operou apenas ao nível do número de grandes potências. Para a tese do «destino unipolar», o mundo passou de uma época de competição entre grandes potências para uma situação irreversível de hegemonia americana. Na prática, a preponderância de poder que hoje favorece os EUA tornaria qualquer coligação contrária demasiado difícil, ineficiente e custosa. Os custos de tentar equilibrar o sistema contra os EUA seriam tão elevados que nenhum Estado ou grupo de estados o tentaria fazer<sup>20</sup>.

Os defensores da tese do «destino unipolar» avançam com três explicações para a impossibilidade de pôr fim à unipolaridade americana.

Primeiro, os EUA regulam o ambiente internacional em termos de segurança e defesa, oferecendo garantias defensivas a outros importantes estados (Alemanha e Japão), e patrulhando o mundo como se fossem uma força de «polícia global». Para os propo-



nentes do «destino unipolar» os restantes estados só têm a beneficiar com esta situação, já que podem canalizar os seus recursos para o aumento da prosperidade das suas populações, sem terem de se preocupar com questões de segurança e defesa.

Segundo, os EUA governam o sistema internacional e garantem o funcionamento da economia global em que assenta a prosperidade de todos os estados potencialmente seus competidores. Nenhum país terá a audácia de se revoltar contra o sistema de que depende a sua própria prosperidade.

Terceiro e último, os EUA são vistos como uma potência benevolente pela esmagadora maioria dos estados (com exceção dos chamados estados párias, em que se incluem a Coreia do Norte e o Irão), pelo que não geram tensões internacionais capazes de fazer surgir competidores. Nesta perspectiva, os demais estados são constrangidos na sua ambição por partilharem os mesmos valores, normas e ideais dos EUA. Importante nesta linha de raciocínio é a tese de que o concerto de democracias liderado pelos EUA define uma realidade pós-polar, já que estados democráticos não se envolvem em guerras entre si. Esta é uma das origens da política externa americana de promoção da democracia, cujos resultados têm, no entanto, sido escassos<sup>21</sup>.

Nenhum destes argumentos apresentados pelos defensores da tese do «destino unipolar» é refutável. No fundo, esta tese baseia-se num argumento teleológico e, como tal, enquanto a unipolaridade americana perdurar, será sempre possível defender que se trata de um estado de coisas imutável. Mas é bom lembrar que em muitos momentos do passado a tentação de considerar que a história teria uma conclusão previsível revelou-se isso mesmo – uma tentação, mais tarde ou mais cedo desmontada pela realidade. Foi este o pecado de Marx, e foi também, mais recentemente, o de Fukuyama, que quinze anos depois de a ter publicado, refutou a sua tese do «Fim da História»<sup>22</sup>.

Como disse o físico Niels Bohr, é difícil fazer previsões, especialmente sobre o futuro. Mas talvez nem sequer seja importante fazê-las para além de um horizonte temporal razoável. Durante as próximas décadas, os EUA continuarão a exercer uma preponderância de poder no sistema internacional. Para além desse horizonte – que aqui fixei mais ou menos arbitrariamente na metade do século XXI – o futuro o dirá. Talvez os EUA consigam manter a sua supremacia por um futuro indeterminado. Talvez não. Em todo o caso, a tarefa mais importante é compreender o funcionamento do mundo unipolar em que viveremos pelo menos por mais algum tempo.

### **É A UNIPOLARIDADE AMERICANA PACÍFICA?**

Em contraste com o aceso debate sobre a durabilidade da preponderância dos EUA, existe um consenso alargado em como a unipolaridade americana é pacífica<sup>23</sup>. Este consenso, a meu ver injustificado, assenta em dois pilares centrais.

Primeiro, as teorias sistémicas em que se baseia a maioria das reflexões académicas das relações internacionais restringem o foco de análise aos mecanismos de equilíbrio entre grandes potências. Ora, num mundo unipolar, existe apenas uma grande potência. Assim

sendo, qualquer teoria que limite a sua análise às interações entre Grandes Potências não irá, por definição, encontrar qualquer fonte de conflito na unipolaridade americana. Isto leva a esmagadora maioria dos analistas a concluir que quaisquer conflitos que possam eventualmente ocorrer num mundo unipolar não derivam da estrutura do sistema, tendo outras causas que estão para além do âmbito das teorias de relações internacionais.

A segunda razão para o consenso em torno do argumento que a unipolaridade americana é pacífica deriva da assunção implícita de que os EUA implementarão sempre uma estratégia intervencionista, nunca deixando o mundo entregue a si próprio. Ao assumir implicitamente esta postura estratégica de intervencionismo constante, a sabedoria convencional não esclarece a relação entre as diferentes estratégias à disposição dos EUA e o nível e tipo de conflito internacional. Ora, apesar de os EUA terem sido crescentemente intervencionistas desde o fim da Guerra Fria, não existe nenhum motivo teórico para pressupor que esta situação se mantenha indefinidamente. Os EUA possuem as condições geográficas e o poderio militar para poderem desengajar-se do mundo exterior e zelar apenas pela defesa do seu próprio território<sup>24</sup>.

São estas duas limitações – um foco exclusivo na interação entre grandes potências e a assunção de intervencionismo constante por parte da potência dominante – que levam

a sabedoria convencional a defender que a unipolaridade americana é fundamentalmente pacífica.

MAS COMO EXPLICAR ENTÃO QUE OS EUA TENHAM ESTADO EM GUERRA DURANTE ONZE DOS DEZANOVE ANOS QUE PASSARAM DESDE QUE SE TORNARAM UMA POTÊNCIA UNIPOLAR? NÃO HAVERÁ RAZÕES SISTÉMICAS PARA TÃO FREQUENTES CONFLITOS? CLARO QUE SIM.

Mas como explicar então que os EUA tenham estado em guerra durante onze dos dezanove anos que passaram desde que se tornaram uma potência unipolar? Não haverá razões sistémicas para tão frequen-

tes conflitos? Claro que sim. O problema reside na marcante subteorização das causas de conflito num mundo unipolar, que deixa os analistas de relações internacionais cegos em relação à forma como a unipolaridade americana está na base de diversas tendências conflituais do mundo actual.

Um mundo dominado por uma única grande potência possui características intrínsecas que levam a conflitos frequentes. (Ou seja, o problema fundamental não reside na unipolaridade americana. O argumento aqui desenvolvido é aplicável a qualquer sistema internacional dominado por uma única grande potência.) O tipo de conflito resultante, no entanto, depende da estratégia implementada pelos EUA, que pode ser de três tipos diferentes: domínio do sistema, defesa do *status quo* ou desengajamento.

## DOMÍNIO DO SISTEMA

Caso os EUA optem por uma estratégia de domínio do sistema (também chamada primazia) – como alguns argumentam, tem sido o caso durante a actual Administração Bush – a principal causa de conflito deriva de ser impossível às potências menores

(aqueles estados que não possuem a capacidade de evitar a derrota contra uma invasão americana) dissuadir os EUA de os atacar. A preponderância de poder dos EUA é tal que as ameaças dissuasoras que lhe sejam dirigidas por qualquer potência menor não são credíveis.

Uma breve comparação com a Guerra Fria ilustra bem este ponto. Após a II Guerra Mundial, os estados da Europa Ocidental tinham como objectivo estratégico principal impedir uma invasão soviética. Mas os estados europeus não possuíam a capacidade militar para infligir custos suficientemente elevados à URSS caso esta decidisse avançar sobre eles. A solução residiu em expandir o guarda-chuva de segurança americano sobre a Europa Ocidental, levando os soviéticos a crer que uma invasão geraria uma resposta retaliatória dos EUA. A URSS foi portanto dissuadida de lançar uma invasão à Europa porque as ameaças dissuasoras foram feitas pelos EUA, que possuíam uma capacidade retaliatória notável, e eram por isso credíveis.

Hoje, pelo contrário, nenhuma potência menor que seja ameaçada pelos EUA encontrará outra grande potência capaz de lhe oferecer garantias defensivas. A razão é simples: não existe nenhuma outra grande potência. E as potências médias existentes (estados com capacidade para resistir a uma invasão americana) não possuem uma capacidade de projecção de poder semelhante à dos EUA, tornando uma eventual ameaça dissuasora pouco credível<sup>25</sup>.

Como afirmou Tarik Aziz (ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano durante o regime de Saddam Hussein) em 1991, «deixámos de ter um patrono. [...] Se ainda tivéssemos os soviéticos como nosso patrono, nada disto estaria a acontecer. [...] Eles teriam vetado cada resolução da ONU [autorizando o uso da força contra o Iraque]»<sup>26</sup>. De forma semelhante, é improvável que a guerra aérea contra a Sérvia por causa das suas acções no Kosovo tivesse ocorrido no enquadramento estratégico da Guerra Fria. Em ambos os casos, a estrutura unipolar do sistema internacional foi instrumental em possibilitar aos EUA o lançamento de ataques a potências menores.

Em resumo, a preponderância de poder de que usufruem os EUA limita a credibilidade das ameaças que lhe sejam dirigidas por uma potência menor com o intuito de dissuadir um ataque. A ausência de uma outra grande potência coloca os estados que estejam na mira americana (por motivos justificáveis ou não) à sua mercê.

### **DEFESA DO STATUS QUO**

Mas, como é hoje lugar-comum, talvez o mundo fosse mais pacífico se os EUA fossem menos agressivos e se limitassem a defender o *status quo*. Para grande parte da opinião pública europeia, o problema não é o poder detido pelos EUA, mas sim as políticas que a Administração Bush tem implementado. Mude-se o presidente, e a unipolaridade americana será pacífica.

Desenganam-se os que assim o esperam. O problema fundamental nesta segunda alternativa estratégica – de defesa do *status quo*, que inclui as estratégias designadas de

segurança colectiva, intervenção selectiva e *offshore balancing* – decorre da inexpugnável incerteza que cada Estado tem quanto às intenções dos seus congéneres<sup>27</sup>. Este problema é tão mais grave quanto mais poderosos forem os estados sobre os quais a incerteza reside. Ora, mesmo que os EUA proclamem seguir uma política de defesa do *status quo*, é impossível – enquanto a América continuar a possuir um poderio inigualável – garantir aos outros estados que a benevolência americana é credível e será durável.

Podemos por isso esperar que todas as potências menores que temam a intervenção dos EUA, e apesar das garantias verbais que estes lhes possam dar, façam tudo o que esteja ao seu alcance para adquirir a capacidade militar necessária para dissuadir os EUA de os atacar. É isso que explica a determinação que Coreia do Norte e Irão demonstram em prosseguir com os seus planos nucleares. Dada a capacidade militar dos EUA, estes dois países entendem que só um arsenal nuclear lhes poderá garantir que a América não os atacará.

O problema aqui é o inverso dos mecanismos geradores de conflito no caso de os EUA prosseguirem uma estratégia de domínio. No caso de uma estratégia de defesa do *status quo*, são os EUA que são incapazes de dissuadir as potências menores de tentarem adquirir os meios de se defender de um eventual ataque americano – e de assim passarem à categoria de potências médias. As ameaças americanas são, dada a preponderância de poder dos EUA, credíveis. Mas quaisquer garantias americanas de não-agressão são, por essa mesma razão, pouco credíveis.

Ora, se potências menores não alinhadas com os EUA tentarem adquirir a capacidade de infligir custos dissuasores contra a América, é provável que esta se oponha e intervenha preventivamente. Uma estratégia de defesa do *status quo* requer uma oposição americana à aquisição de armas nucleares por potências menores, já que tal constituiria uma alteração importante do próprio *status quo* global.

Em suma, uma América engajada no mundo mas sem fins revisionistas acabará por se envolver em conflitos preventivos com potências menores que, por não acreditarem nas boas intenções dos EUA, tentarão adquirir armas nucleares.

## **DESENGAJAMENTO**

Por último, temos de contemplar o que aconteceria no caso de os EUA decidirem não se envolverem nos assuntos de segurança e defesa internacionais, ocupando-se apenas de garantir a segurança do seu próprio território. Dada a presença de instalações militares americanas em cerca de 130 países, esta possibilidade pode parecer remota, mas não deixa por isso de ser uma opção estratégica cujas consequências devem ser analisadas.

Uma estratégia de desengajamento isolacionista aliviaria as tensões entre os EUA e quaisquer potências menores que anteriormente se sentissem ameaçadas. Conflitos envolvendo a América tornar-se-iam improváveis. Mas ao mesmo tempo, cada região do globo seria deixada à sua sorte.

Como num mundo unipolar não há, por definição, outras potências dominantes a nível regional (que seriam necessariamente grandes potências), todas as regiões para além do continente americano são e serão, enquanto a unipolaridade americana perdurar, regiões bipolares ou multipolares. Operando num vácuo de grandes potências, cada uma destas regiões seria palco dos conflitos tipicamente gerados em sistemas bipolares ou multipolares<sup>28</sup>.

A vastíssima literatura sobre sistemas bipolares aponta para duas causas de conflito, que funcionariam em cada região bipolar deixada a si própria pelos EUA. Primeiro, uma região com duas potências regionais oferece limitadas oportunidades para a criação de coligações regionais, dificultando o reequilíbrio da balança regional de poder. Para além disso, os dois poderes regionais numa região bipolar tenderão a focar-se um no outro, aumentando as tensões entre eles. Ambas são boas razões para prever conflito em regiões bipolares abandonadas pela América.

A literatura sobre sistemas multipolares apresenta, por seu lado, quatro causas de conflito. Desde logo, com três ou mais potências regionais há uma maior possibilidade de competição regional, que pode levar à guerra. Segundo, com mais de duas potências regionais, é menos provável que a distribuição regional de poder seja equilibrada, pré-alianças. Uma ausência de equilíbrio na balança regional de poder potencia conflitos predatórios, com dois ou mais estados opondo-se a um outro. Terceiro, numa região multipolar há mais espaço para erros no cálculo do poder relativo de cada Estado, aumentando as hipóteses de conflito. Por fim, regiões multipolares apresentam amplas oportunidades para alijar responsabilidades (*buck passing*), tornando o reequilíbrio da balança regional de poder mais difícil de obter. Cada uma destas razões poderá levar ao conflito em regiões multipolares no caso de os EUA se tornarem isolacionistas.

Na prática, a África foi a única região mais ou menos deixada à sua sorte pelos EUA desde o fim da Guerra Fria. E, de facto, o número total de conflitos no continente manteve-se alto desde 1991, apesar do fim das guerras de libertação colonial. Na verdade, os conflitos em África nos anos de 1990 produziram mais vítimas do que em qualquer outra década. Sem intervenções americanas de relevo (as missões na Somália nunca tiveram grandes dimensões), a guerra grassou pela Argélia, Congo, Eritreia, Etiópia, Libéria, Ruanda, Serra Leoa e Somália<sup>29</sup>.

Resumindo, uma América isolacionista envolver-se-ia em menos conflitos. Mas o mundo não seria por isso mais pacífico. Os tradicionais mecanismos de conflito em mundos bipolares e multipolares entrariam em acção em cada uma das regiões abandonadas pelos EUA.

Como vemos, não há quaisquer boas razões para acreditar que a unipolaridade americana será pacífica. Dando espessura teórica às realidades das primeiras duas décadas

UMA AMÉRICA ISOLACIONISTA  
ENVOLVER-SE-IA EM MENOS CONFLITOS.  
MAS O MUNDO NÃO SERIA POR ISSO  
MAIS PACÍFICO.

de domínio dos EUA, o argumento aqui tecido ilumina as causas de conflito em cada uma das estratégias que a América pode implementar. Em nenhum dos casos há motivos para optimismo. Um mundo unipolar pode continuar a revelar-se não mais pacífico do que um mundo bipolar ou multipolar.

## **CONCLUSÃO**

Este artigo pode sumariar-se em duas frases. A unipolaridade americana está aí para ficar, pelo menos por mais algumas décadas. (São boas notícias para os seus defensores e más para os seus opositores.) Mas a sua durabilidade traz consigo um significativo potencial de conflito, não havendo qualquer boa razão para supor que a unipolaridade americana será uma era de *pax americana*. (São boas notícias para os seus opositores e más para os seus defensores.)

Iluminado o paradoxo que nos colocámos no início, somos deixados com um outro. O argumento sobre o carácter conflitual da unipolaridade americana aponta para um «paradoxo da preponderância de poder»<sup>30</sup>. A ausência de um equilíbrio na balança de poder tira credibilidade quer às garantias de segurança que os EUA podem prestar às potências menores quer às ameaças com que estes possam tentar dissuadir a América de um ataque. Esta situação coloca sobre os EUA a responsabilidade de actuar de forma a minimizar a ameaça criada pela sua preponderância de poder. Apenas pelo exercício de notável auto-restrição podem os EUA evitar envolver-se em guerras com potências menores. Ironicamente, se a América optar por uma estratégia mais expansiva, mais e mais estados serão levados a adquirir armas nucleares, acabando por impor externamente aos EUA a moderação que estes não possuam internamente. Daqui resulta o paradoxo: maior poder relativo não leva necessariamente a uma maior influência internacional ou a uma superior aptidão para obter os resultados desejados. Com efeito, poder relativo sem igual exige uma contenção sem paralelo. **RJ**

<sup>1</sup> A Grã-Bretanha dominou a segunda metade do século XIX do ponto de vista econômico, mas o seu domínio do ponto de vista militar não é comparável ao fosso que hoje separa as forças americanas de todas as outras. Cf. FERGUSON, Niall – *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power*. Nova York: Basic Books, 2004.

<sup>2</sup> Fonte: WORLD BANK – *World Development Indicators 2006*. Washington DC: World Bank, 2007.

<sup>3</sup> Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – *SIPRI Yearbook 2007: Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

<sup>4</sup> Alguns analistas colocam os EUA numa situação capaz de aniquilar o arsenal nuclear russo num ataque surpresa, eliminando a capacidade de retalição russa. Cf. LIEBER, Keir A., e PRESS, Daryl G. – «The end of Mad? The nuclear dimension of U.S. primacy». In *International Security*. Vol. XXX, N.º 4, 2006.

<sup>5</sup> Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – *SIPRI Yearbook 2007: Armaments, Disarmament and International Security*.

<sup>6</sup> Cf. POSEN, Barry – «Command of the Commons: The military foundation of U. S. hegemony». In *International Security*. Vol. XXVIII, N.º 1, 2003.

<sup>7</sup> Fonte: WORK, Robert O. – *Winning the Race: A Naval Fleet Platform Architecture for Enduring Maritime Supremacy*. Washington DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2005.

<sup>8</sup> Cf. WALTZ, Kenneth N. – *Theory of International Politics*. Reading, MA: McGraw-Hill, 1979; MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York: W. W. Norton, 2001.

<sup>9</sup> Ao utilizarem esta bitola tradicional na definição de Grande Potência, alguns analistas afirmam que o mundo não é unipolar. Para Huntington ou Mearsheimer, por exemplo, os EUA são uma potência hegemônica apenas a nível regional, pelo que o mundo continua a ser multipolar. Cf. HUNTINGTON, Samuel P. – «The Lonely Superpower». In *Foreign Affairs*. Vol. LXXVIII, N.º 2, 1999; MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*.

<sup>10</sup> Para uma análise dos problemas com esta visão paradisiaca do mundo, cf. KAGAN, Robert – *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2003. Sobre o papel dos EUA no processo de integração da Europa, cf. TRACHTENBERG, Marc – *A Constructed Peace: the Making of the European Settlement, 1945-1963*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

<sup>11</sup> CLINTON, William J. – *A National Security Strategy for a New Century*. Washington DC: The White House, 1995-1999; BUSH, President George W. – *The National Security Strategy of the United States of America*.

Washington DC: The White House, 2002, 2006.

<sup>12</sup> Sobre a ascensão da China, cf., *inter alia*: FRIEDBERG, Aaron L. – «The future of U.S.-China relations: Is conflict inevitable?». In *International Security*. Vol. XXX, N.º 2, 2005.

<sup>13</sup> Apesar de enfrentarem oposição armada no Iraque, Afeganistão e por parte de organizações terroristas internacionais, os EUA continuam a mover as suas forças marítimas sem quaisquer problemas por todo o mundo, a manter o globo sob observação por satélite, e a possuir mais de 700 instalações militares em cerca 130 países. Cf. DUFOUR, Peter – *The Worldwide Network of US Military Bases: The Global Deployment of US Military Personnel*. Nova York: Global Research, 2007.

<sup>14</sup> Fonte: EUROPEAN DEFENSE AGENCY – «European – United States Defence Expenditure in 2006». Brussels: EDA, 2007.

<sup>15</sup> Sobre o equilíbrio «soft», cf. PAPE, Robert A. – «Soft balancing against the United States». In *International Security*. Vol. XXX, N.º 1, 2005; WALT, Stephen M. – *Taming American Power: The Global Response to U.S. Primacy*. Nova York: W. W. Norton, 2005.

<sup>16</sup> Sobre o número de baixas americanas na II Guerra Mundial, cf. WEINBERG, Gerhard L. – *A World at Arms: A Global History of World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Para os números de baixas americanas no Iraque, consultar: <http://icasualties.org/oif/>. Fonte dos dados sobre as economias dos EUA e URSS em 1945: SINGER, J. David, e SMALL, Melvin – *National Material Capabilities Data, 1816-1985*. Ann Arbor: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1993.

<sup>17</sup> Kenneth Waltz, o fundador da teoria sistêmica em relações internacionais é ele próprio um dos principais proponentes desta posição. Cf. WALTZ, Kenneth N. – «The emerging structure of international politics». In *International Security*. Vol. XVIII, N.º 2, 1993; WALTZ, Kenneth N. – «The continuity of international politics». In *Worlds in Collision: Terror and the Future of Global Order*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002.

<sup>18</sup> Fonte: UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION – «World population prospects: The 2006 revision». Nova York: United Nations Publications, 2007.

<sup>19</sup> Fonte dos dados económicos dos últimos três parágrafos: WORLD BANK – *World Development Indicators 2006*. Washington DC: World Bank, 2007.

<sup>20</sup> Cf. WOHLFORTH, William C. – «The stability of a unipolar world». In *International Security*. Vol. XXIV, N.º 1, 1999; IKENBERRY, G. John – *America Unrivaled: The Future of the Balance of Power*. Ithaca: Cornell University Press, 2002; BROOKS, Stephen G., e WOHLFORTH, William C. – *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

<sup>21</sup> Sobre a tese da paz democrática, cf. BROWN, Michael E., LYNN-JONES, Sean M., e MILLER, Steven E. – *Debating the Democratic Peace*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996; LIPSON, Charles – *Reliable Partners: How Democracies Have Made a Separate Peace*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

<sup>22</sup> Cf. FUKUYAMA, Francis – *The End of History and the Last Man*. Nova York: Free Press, 1992; FUKUYAMA, Francis – *America at the Crossroads: Democracy, Power, and the Neo-conservative Legacy*. New Haven: Yale University Press, 2006.

<sup>23</sup> Esta posição foi definida primeiramente por William Wohlforth em 1999. Cf. WOHLFORTH – «The stability of a unipolar world». Ver também, *inter alia*: MASTANDUNO, Michael – «Preserving the unipolar moment: Realist theories and U. S. grand strategy after the Cold War». In *International Security*. Vol. XXI, N.º 4, 1997; BROOKS, Stephen G., e WOHLFORTH, William C. – «American primacy in perspective». In *Foreign Affairs*. Vol. LXXXI, N.º 4, 2002; NYE Jr., Joseph S. – *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova York: Public Affairs, 2004; JERVIS, Robert – *American Foreign Policy in a New Era*. Nova York: Routledge, 2005; LIEBER, Robert J. – *The American Era: Power and Strategy for the 21st Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005; WALT – *Taming American Power*; BROOKS, Stephen G., e WOHLFORTH, William C. – *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*.

<sup>24</sup> Atualmente, uma política isolacionista não seria nos melhores interesses dos EUA dada a sua dependência em relação ao petróleo e a sua relativa vulnerabilidade em relação ao terrorismo internacional, que geram incentivos para intervir no Médio Oriente.

<sup>25</sup> Para além das limitações das Potências Médias, uma estratégia de dissuasão alargada, na qual uma destas oferece garantias de defesa a uma Potência Menor em caso de ataque dos EUA, apresenta outros problemas. Primeiro, as Potências Médias num mundo unipolar em que a Grande Potência segue uma estratégia intervencionista tendem a estar integradas no sistema económico global gerido por esta última. Como tal, os seus interesses apontam para uma estratégia de acomodação da Grande Potência, não de confrontação. Cf. BROOKS, Stephen G., e WOHLFORTH, William C. – *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. Segundo, por parte da Potência Menor que se vê potencialmente ameaçada pela Grande Potência, a dissuasão alargada não é uma estratégia tão segura quanto a posse de uma capacidade dissuasora autónoma – e.g., de um arsenal nuclear. Cf. SCHELLING, Thomas C. – *Arms and Influence*. New Haven: Yale University Press, 1966.

<sup>26</sup> FRIEDMAN, Thomas L., e TYLER, Patrick E. – «From the first, U. S. resolve to fight». In *The New York Times*. 2 de Março de 1991.

**27** Para uma tipologia das estratégias disponíveis aos EUA, cf. POSEN, Barry, e ROSS, Andrew L. – «Competing visions for U. S. Grand strategy». In *International Security*. Vol. XXI, N.º 3, 1996/97.

**28** Sobre as causas de guerra em sistemas bipolares e multipolares, cf., *inter alia*: DEUTSCH, Karl, e SINGER, J. David – «Multipolar systems and international stability». In *World Politics*. Vol. XVI, N.º 3, 1964; WALTZ, Kenneth N. – «The stability of a bipolar world». In *Daedalus*. Vol. 93, N.º 3, 1964; ROSECRANCE, Richard N. – «Bipolarity, multipolarity, and the future». In *International Politics and Foreign Policy*. Nova York: Free Press, 1969; WALTZ – *Theory of International Politics*; WALT, Stephen M. – *The Origins of*

*Alliances*. Ithaca: Cornell University Press, 1987. Para um bom resumo desta literatura, cf. MEARSHEIMER, John J. – «Structural Realism». In *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

**29** Fonte: MACK, Andrew – «Human Security Report 2005: War and peace in the 21st century». Vancouver: Human Security Center, The University of British Columbia, 2005.

**30** Existem pelo menos dois outros paradoxos derivados da preponderância de poder. Joseph S. Nye vê um paradoxo no facto de os EUA, uma potência dominante, necessitar de multilateralismo e cooperação internacional para conseguir os seus objectivos no plano

internacional. Cf. NYE Jr., Joseph S. – *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. Nova York: Oxford University Press, 2002; BROOKS, Stephen G., e WOHLFORTH, William C. – «International relations theory and the case against unilateralism». In *Perspectives on Politics*. Vol. 3, N.º 3, 2005. Por seu lado, Bruce Cronin delinea um paradoxo de hegemonia que deriva do que Cronin acredita ser uma tensão inerente entre o papel (egoísta) de um poder preponderante como Grande Potência e o seu papel altruísta como garante da paz e estabilidade do sistema. Cf. CRONIN, Bruce – «The paradox of hegemony: America's ambiguous relationship with the United Nations». In *European Journal of International Relations*. Vol. 7, N.º 1, 2001.